

Brasil difere do México pela inflação

A próxima renegociação da dívida externa do México com os bancos credores seguramente terá influência sobre a renegociação brasileira, mas não há indicações concretas de que as condições — prazos e encargos financeiros — serão idênticas para os dois países, segundo comentário de representante de grande banco estrangeiro, um dos maiores credores do país.

Para ele, o progresso do ajuste econômico do México é evidente, mas o Brasil, embora já venha conseguindo resultados satisfatórios, ainda enfrenta o peso de uma inflação de 235%. Ele se indaga como o País quer crescer com uma inflação nesse patamar. Dá a entender que os banqueiros já indagaram das autoridades econômicas sobre um tratamento de choque para fazer declinar a inflação. Galvões e Delfim teriam argumentado que a economia brasileira não pode ser desindexada sem um forte apoio político o significado exato desse apoio político teria sido questionado por alguns banqueiros.

O que se pode dizer, segundo esse representante de grande banco estrangeiro, é que sem dúvida o Brasil obterá melhores condições no próximo reescalonamento da dívida externa. Em termos de prazo, no próximo reescalonamento da dívida externa termos de prazo c-nseguir mais de dez anos, talvez doze com seis ou sete anos de carência, para o pagamento do principal. O pagamento do juro que tem que ser integral. Poderá haver ua redução de 50% dos encargos financeiros adicionais, com o spread (taxa de risco) declinando para 1%, a taxa de abertura de crédito para 0,5% e a taxa de compromisso para 0,25%.

Para o professor Luciano Coutinho, presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo, as taxas de juros internacionais vão subir ainda mais, e os bancos credores tentarão aliviar essa situação reduzindo substancialmente os encargos adicionais cobrados na renegociação. Segundo Coutinho, será também importante um reescalonamento maior, envolvendo dívidas a vencer nos próximos anos, porque com isso o País evitaria a fuga progressiva dos pequenos e médios bancos do esquema. Lembra Luciano Coutinho que existe uma grande concentração de pagamento do principal justamente em 1987, 1988 e 1989. Também para o professor Décio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília, os bancos vão entregar os dedos para não perder os braços. Na sua opinião, o Brasil nem deveria iniciar negociações se for apenas para reduzir spread (taxa de risco), porque isso não tira o País da condição de insolvência nem o ajuda a retomar a atividade econômica. Munhoz entende que o Brasil deve continuar insistindo por uma taxa de juros fixa, em torno de 7%, além de garantir abertura de mercado para suas exportações.

12 JUN 1987

Décio Munhoz entende que a proposta apenas de redução dos encargos adicionais da renegociação tem algo de muito mau: cria embarracos à tomada de consciência interna, agrava as dificuldades internas e põe em risco maior os créditos dos bancos.

O professor Luciano Coutinho reconhece problemas legais para que os bancos credores aceitem opções propostas por alguns devedores, já que a legislação bancária teria ser alterada. A capitalização de juros, por exemplo, criaria problemas internos aos bancos, porque setores do país do banco credor também passariam a exigir o mesmo tratamento.